

ATA DA 34ª INSPEÇÃO CORRECIONAL ORDINÁRIA, REALIZADA NOS DIAS 1º A 5 DE ABRIL DE 2019, NA 2ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE

Ao dia primeiro de abril de dois mil e dezenove, o Desembargador do Trabalho-Corregedor Excelentíssimo Ernesto Manzi, presidiu a correição ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Joinville, conforme o Edital CR nº 02/2019, disponibilizado no DEJT em 1º-3-2019, afixado previamente em locais próprios na Vara do Trabalho, bem assim encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e à Subseção da OAB Joinville, tendo sido recebido pelos Ex.mos Juízes do Trabalho Tatiana Sampaio Russi, Titular, e Rogério Dias Barbosa, Substituto. Os processos, na Unidade, tramitam em meio físico e eletrônico. Assim, com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e pelo Setor de Apoio à Gestão Administrativa do Foro e da Central de Mandados, nos autos de processos analisados e nos dados dos Sistemas disponíveis, apurou-se o sequinte:

1 DADOS DA UNIDADE JUDICIÁRIA

1.1 Lei de criação nº: 7.471/86

1.2 Data da instalação: 11-7-1986

1.3 Jurisdição: o respectivo Município e os de Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e São Francisco do Sul.

1.4 Juízes

(fonte: SGP)

Juíza Titular	Desde	Reside fora da jurisdição?
Tatiana Sampaio Russi	6-6-2011	NÃO

Juiz Substituto	Desde
Rogério Dias Barbosa	5-10-2011

1.5 Servidores

(fonte: SGP)

Servidor	Cargo	Função	Exercício na lotação	
Anai Verona Adorno	AJ		28-9-2018	
Elton Marques se Oliveira	TJ	Assistente FC-02	27-2-1992	
Francine Goll Winter	TJ	Assistente FC-02	27-4-2017	
Georgia Paula Malheiros Tonello	TJ	Assessor de Juiz Titular de Vara CJ-01	29-6-2011	
Gustavo Daniel Castiglione da Silva	TJ		10-10-2018	



Jonas Artur do Nascimento	TJ	Assist. Chefe Apoio Prep. de Audiências FC-04	21-3-1988
Karina Elise Machado Lopez Lourenço	TJ	Diretor de Secretaria DE VT CJ-03	6-10-2017
Moises Timbo de Oliveira	AJ	Assistente FC-04	15-12-2017
Raquel Kassianne Borges Fontenelle Baumer	TJ	Assist. Chefe Apoio Administrativo FC-04	13-2-2006
Solange Koehn Duarte	TJ	Assistente de Juiz FC-05	28-11-2005
Walter Block Junior	TJ	Assist. Chefe Apoio à Execução FC-04	19-2-1993
Total de servidores:	11		

Lotação paradigma: 11 servidores. Considerando a Resolução nº 219 de 26-04-2016, do Conselho Nacional de Justiça e determinação da Presidência no expediente de PROAD nº 4429/2016 a Unidade está com a lotação padrão.

Legenda: TJ - Técnico Judiciário; AJ - Analista Judiciário. A Unidade conta com 2 estagiárias.

2 AUDIÊNCIAS

Conforme informações da Diretora de Secretaria, a pauta de audiências funciona da seguinte forma: "Segundas-feiras à tarde, Terças, Quartas e Quintas-feiras pela manhã e à tarde. Nas sextas-feiras somente no CEJUSC.".

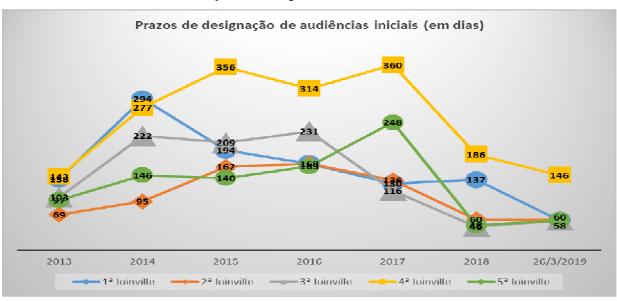
2.1 Pauta de audiências

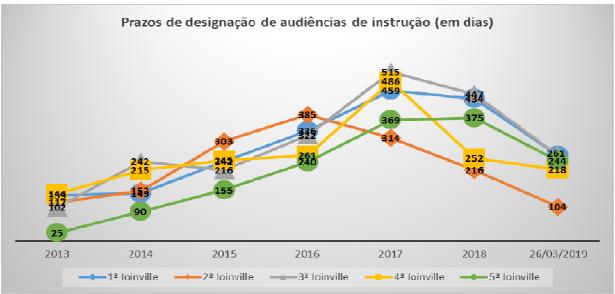
(fonte: Pautas e atas na internet e PJe)

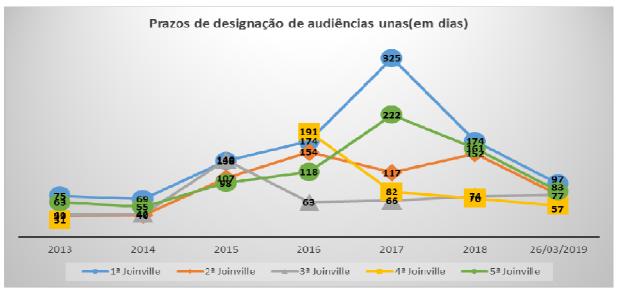
					Datas mais distantes das audiências futuras					
	Unidade Judiciária		Iniciais		Instruç	ão	Una			
					Data	Prazo	Data	Prazo	Data	Prazo
1ª Join	Vara nville	do	Trabalho	de	23-5-2019	58	12-12-2019	261	19-7-2019	97
2ª Join	Vara ville	do	Trabalho	de	25-5-2019	60	08-7-2019	104	12-6-2019	77
3ª Join	Vara nville	do	Trabalho	de	23-5-2019	58	12-12-2019	261	12-6-2019	77
4ª Join	Vara nville	do	Trabalho	de	19-8-2019	146	30-10-2019	218	23-5-2019	57
5ª Joir	Vara nville	do	Trabalho	de	23-5-2019	58	25-11-2019	244	18-6-2019	83

Observação: Consulta às pautas de audiências em 26-3-2019. Prazo das audiências iniciais da 1^a , 2^a , 3^a e 5^a Varas, bem como as unas da 2^a e 3^a Varas obtidas no CEJUSC-JT/Joinville.



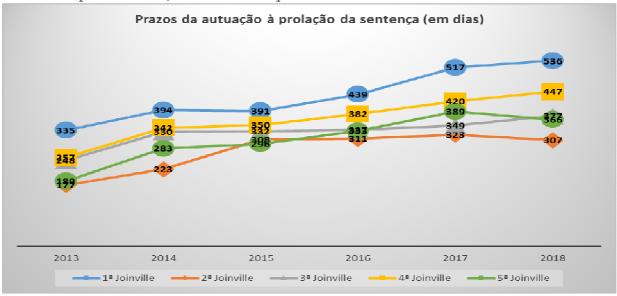






Obs.: Prazos verificados na data da inspeção correcional de cada ano e, em 2019, foi verificado em 26-3-2019.

Esses prazos de designação de audiências influenciam diretamente no prazo médio da autuação à prolação da sentença e no IGEST. A Vara do Trabalho vem aumentando o prazo de prolação de sentenças desde 2013, tendo apresentado uma discreta redução de 2017 para 2018, conforme quadro abaixo:



Fonte: e-Gestão.

2.2 Prazos Médios

(fonte: e-Gestão)

Unidade Judiciária / Média	ação até a	uizamento da realização udiência	Prazo da realização da 1ª audiência ao encerramento da instrução processual		
	Rito sumaríssimo	Exceto rito sumaríssimo	Rito sumaríssimo	Exceto rito sumaríssimo	
lª Vara do Trabalho de Joinville	190,86	161,38	59 , 77	514,14	
2ª Vara do Trabalho de Joinville	83,24	102,06	17,92	234,60	
3ª Vara do Trabalho de Joinville	80,85	99,08	21,98	339,43	
4ª Vara do Trabalho de Joinville	78 , 69	290,04	46,14	278,39	
5ª Vara do Trabalho de Joinville	132,40	201,03	18,37	264,12	
Média da 12ª Região	72,31	110,28	27,20	261,54	

Observação: Dados de janeiro a dezembro de 2018.

2.3 Audiências realizadas

(IONICE: e-Gestao)					
Unidade Judiciária / Média	Quantidade de audiências				
Unidade Judiciaria / Media	2017	2018			
1ª Vara do Trabalho de Joinville	2.681	2.610			
2ª Vara do Trabalho de Joinville	2.742	2.560			
3ª Vara do Trabalho de Joinville	2.770	2.192			
4ª Vara do Trabalho de Joinville	2.249	3.375			
5ª Vara do Trabalho de Joinville	2.496	2.716			
Média da 12ª Região	2.597	1.938			

Observação: Dados até dezembro de 2018.



A quantidade de **audiências realizadas** na Unidade em 2018 foi de 622 audiências a mais que a média da 12ª Região.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Os quadros estatísticos apresentam dados da Vara, bem como média das Varas de mesma faixa de movimentação processual (porte), média do Foro e a média de todas as Varas da 12ª Região. As faixas de movimentação observam a Resolução CSJT nº 63, considerando-se os processos recebidos.

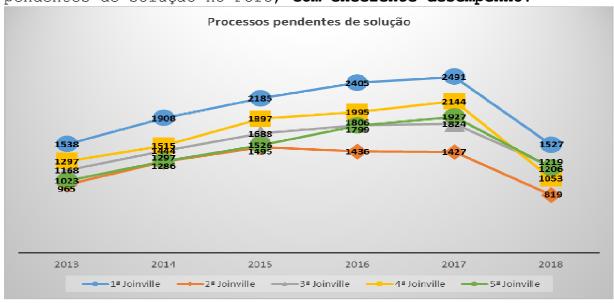
As Varas do Trabalho de Joinville estão enquadradas na faixa de movimentação processual entre 1.501 a 2.000 processos. Os dados de 2018 referem-se ao acumulado até dezembro.

3.1 Fase de conhecimento

(fonte: e-Gestão)									
]	Recebido	s	ន	de	ช	g G	
Unidade Judiciária / Média	Ano	Casos Novos	Sentença anulada ou reformada	Total	Solucionados	Pendentes c solução	Finalizados	Pendentes de finalização	
2ª Vara do Trabalho de	2017	1.659	3	1.662	1.683	1.427	1.758	2.735	
Joinville	2018	1.089	8	1.097	1.741	819	1.815	2.006	
Média do Foro	2017	1.667	5	1.671	1.609	1.963	1.670	3.189	
Media do roio	2018	1.081	5	1.085	1.926	1.165	1.713	2.556	
Mádia da Danta	2017	1.628	8	1.635	1.668	1.217	1.663	2.323	
Média do Porte	2018	1.101	6	1.106	1.568	782	1.531	1.876	
Média da 12ª Região	2017	1.525	7	1.532	1.588	1.112	1.586	2.097	

Observações: (1) Solucionados: processos com sentença; (2) Finalizados: processos que saíram da fase de conhecimento, por entrarem na fase de liquidação ou execução ou pelo arquivamento definitivo.(3) Pendentes de finalização: processos com sentença aguardando o trânsito em julgado, ou em grau de recurso ou aguardando prazos.

No gráfico abaixo, a quantidade de processos pendentes de solução, que aumentou de 2013 a 2015, tendo reduzido desde então. Verifica-se, ainda, que em 2018, após a vigência da reforma trabalhista, a quantidade de processos pendentes de solução reduziu 608 processos, estando com 819 pendentes em 31-12-2018, o que torna a 2ª Vara, na que menos possui processos pendentes de solução no Foro, com excelente desempenho.



3.2 Fase de execução

(fonte: e-Gestão)

(fonte: e-Gestao)		Movimento processual - fase de execução					Pendentes de Execução			
Unidade Judiciária / Média	Ano	Iniciadas	Encerradas	Recebidos de outros órgãos	Remetidos a outros órgãos	Desarquivados	Remetidos ao arquivo provisório	Em execução	Em arquivo provisório	Total
2ª Vara do Trabalho de	2017	534	580	0	0	2	3	1.286	118	1.404
Joinville	2018	565	591	0	2	90	322	1.026	347	1.373
Média do Foro	2017	674	585	0	0	14	7	1.315	474	1.789
Media do Foro	2018	523	726	1	1	225	66	1.254	299	1.553
Mádia da Danta	2017	593	467	5	5	44	75	822	473	1.295
Média do Porte	2018	533	535	1	1	97	134	820	470	1.290
Média da 12ª Região	2017	523	424	3	3	44	71	770	435	1.205

3.3 Processos recebidos e variação anual

(fonte: e-Gestão)

Ano	Quantidade	Variação em relação ao ano anterior
2016	1.762	0,63%
2017	1.659	-5,85%
2018	1.089	-34,36%

4 PROCESSOS EM TRÂMITE

(fonte: e-Gestão)

Tipo	Situação	Quantidade de processos
	Aguardando primeira audiência	153
	Aguardando encerramento da instrução	489
	Aguardando prolação de sentença	177
Conhecimento	Aguardando cumprimento de acordo	373
	Com sentença aguardando finalização na fase	814
	Subtotal	2.006
	Pendentes de liquidação	23
Timidogão	Liquidados aguardando finalização na fase	178
Liquidação	No arquivo provisório	4
	Subtotal	205
	Pendentes de execução	1.026
Execução	Com execução encerrada aguardando finalização na fase	28
	No arquivo provisório	347
	Subtotal	1.401
Total		3.612

Observações: Dados de 31-12-2018. Total de processos em trâmite quando da inspeção correcional anterior: 3.756.

5 PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão)

Os dados de prazos médios referem-se ao período de janeiro a dezembro de 2018.

5.1 Fase de conhecimento

Do ajuizamento da ação até		1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	12ª Região
a realização	Rito Sumaríssimo	191	83	81	79	132	72
da 1ª audiência	exceto Rito Sumaríssimo	161	102	99	290	201	110
o encerramen	2	240	102	103	122	153	96
to da instrução	exceto Rito Sumaríssimo	596	334	425	491	412	322
a prolação da	Rito Sumaríssimo	239	112	119	128	159	101
	exceto Rito Sumaríssimo	599	357	438	499	422	329

5.2 Fase de liquidação

Do início ao encerramento da liquidação	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	12ª Região
Rito Sumaríssimo	125	31	88	1	148	87
exceto Rito Sumaríssimo	176	79	119	85	374	123

5.3 Fase de execução

Do início ao encerramento da execução	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	12ª Região
Ente Privado	797	705	2.460	2.333	564	852
Ente Público	1.434	413	732	402	364	808

5.4 Do ajuizamento ao arquivamento

Do ajuizamento da ação até o arquivamento	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	12ª Região
Rito Sumaríssimo	709	415	1.320	1.153	407	351
exceto Rito Sumaríssimo - Ente Privado	1.166	762	1.755	1.318	788	740
exceto Rito Sumaríssimo - Ente Público	2.499	1.989	4.394	2.608	1.927	1.551

6 TAXA DE CONCILIAÇÃO E DE CONGESTIONAMENTO

6.1 Taxa de conciliação

(fonte: e-Gestão)

Unidade Judiciária / Média	Ano	Solucionados	Conciliados	Taxa
2ª Vara do Trabalho de	2017	1.683	846	50,27%
Joinville	2018	1.741	819	47,04%
Média do Foro	2017	1.609	676	41,99%
media do roro	2018	1.926	876	45,47%
Média do Porte	2017	1.668	759	45,51%
media do roite	2018	1.568	692	44,16%
Média da 12ª Região	2017	1.588	749	47,15%

6.2 Taxa de congestionamento na fase de conhecimento

(fonte: e-Gestão)

Unidade Judiciária / Média	Ano	Baixados em Conhecimento	Pendentes de baixa em Conhecimento	Taxa
2ª Vara do Trabalho de	2017	1.857	1.650	47,05%
Joinville	2018	1.731	1.000	36,62%
Média do Foro	2017	1.989	2.226	52,82%
Media do roio	2018	1.854	1.435	43,63%
Média do Porte	2017	2.074	1.488	41,78%
Media do Porte	2018	1.596	1.006	38,66%
Média da 12ª Região	2017	2.017	1.379	40,61%

Fórmula: 100*[Pendentes de baixa em Conhecimento/(Pendentes de baixa em Conhecimento + Baixados em Conhecimento)].

6.3 Taxa de congestionamento na fase de execução

(fonte: e-Gestão)

Unidade Judiciária / Média	Ano	Baixados em Execução	Pendentes de baixa em Execução	Taxa
2ª Vara do Trabalho de	2017	679	1.363	66,75%
Joinville	2018	711	1.291	64,49%
Média do Foro	2017	664	1.830	73,39%
Media do roio	2018	889	1.539	63 , 38%
Média do Porte	2017	539	1.308	70 , 82%
Media do Foice	2018	617	1.288	67,62%
Média da 12ª Região	2017	495	1.219	71,10%

Fórmula: 100*[Pendentes de baixa em Execução/(Pendentes de baixa em Execução + Baixados em Execução)].

7 PRODUTIVIDADE DOS JUÍZES NA UNIDADE

A movimentação processual apresentada se refere à produtividade dos Juízes na $2^{\underline{a}}$ Vara do Trabalho de Joinville, nos anos de 2017 e 2018.

7.1 Prazo médio para julgamento, produtividade dos Juízes e processos conclusos para prolação de sentença

(fonte: e-Gestão)

Ano: 2017

Magistrado	concl	édio entre a lusão e a da sentença	Produt:	ividade	Conclusos para prolação de sentença em 31-12-2017		
	Rito Sumarís -simo	exceto Rito Sumarís- simo	Solucio- nados	Concili- ados	Total	Prazo vencido	
Tatiana Sampaio Russi (Titular)	24,75	24,48	900	468	43	0	
Rogério Dias Barbosa	13,63	22,65	783	378	44	0	
Não identificado pelo e-Gestão	11	29,26	0	0	0	0	

Ano: 2018

Magistrado	Prazo médio entre a conclusão e a prolação da sentença		Produt	ividade	Conclusos para prolação de sentença em 31-12-2018	
	Rito Sumarís -simo	Sumarís Sumarís-		Concili- ados	Total	Prazo vencido
Tatiana Sampaio Russi (Titular)	45,32	48,3	891	427	98	14
Rogério Dias Barbosa	28,28	33 , 79	804	350	79	6
Antonio Silva do Rego Barros	-	-	6	6	0	0
Cesar Nadal Souza	_	_	9	9	0	0
Leonardo Rodrigues Itacaramby Bessa	_	-	2	2	0	0
Patricia Andrades Gameiro Hofstaetter	_	_	14	14	0	0
Sergio Massaroni	_	_	2	2	0	0
Silvio Rogerio Schneider	_	_	10	9	0	0
Não identificado pelo e-Gestão	24	_	3	0	0	0

Observações: Conforme regra constante no manual do e-Gestão, os prazos médios devem considerar dias corridos, sem desconto dos afastamentos definidos em normas legais ou regimentais. A coluna referente aos processos com prazo vencido apresenta a quantidade de processos vencidos há mais de 30 (trinta) dias úteis, efetuados os devidos descontos.

7.2 Audiências realizadas pelos juízes

(fonte: e-Gestão)

Ano: 2017

	Audiências Realizadas								
Magistrado			l Instru- Julga- ção mento	Tulas-	Conciliação				
	Una	Inicial		Conheci- mento	Execução	Total			
Tatiana Sampaio Russi (Titular)	76	765	496	0	46	37	1.420		
Rogério Dias Barbosa	90	710	460	1	30	29	1.320		
Válter Túlio Amado Ribeiro	0	0	0	0	0	2	2		

Ano: 2018

			Audiê	ncias Re	as Realizadas			
Magistrado			Instru-	Julga-	Conciliação			
	Una	Inicial	ção	mento	Conheci- mento	Execução	Total	
Tatiana Sampaio Russi (Titular)	155	395	465	0	191	91	1.297	
Rogério Dias Barbosa	133	425	427	0	93	14	1.092	
Antonio Silva do Rego Barros	0	0	0	0	12	6	18	
Cesar Nadal Souza	0	0	0	0	70	1	71	
Leonardo Rodrigues Itacaramby Bessa	0	0	0	0	9	0	9	
Patricia Andrades Gameiro Hofstaetter	0	0	0	0	37	0	37	
Sergio Massaroni	0	0	0	0	10	0	10	
Silvio Rogerio Schneider	0	0	0	0	24	2	26	

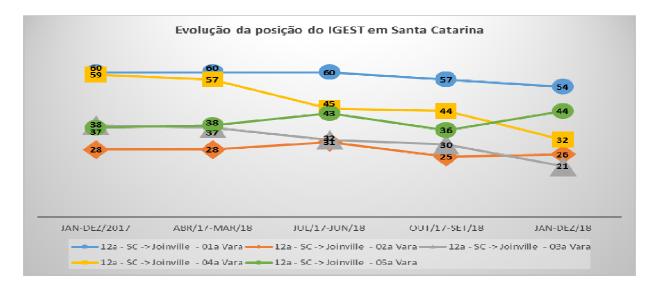
8 ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO - IGEST

O IGEST é um índice que sintetiza diversas informações das Unidades Judiciárias de 1º Grau em um único indicador, objetivando retratar o desempenho das Varas do Trabalho, de modo a espelhar a realidade observada em cada uma delas. Para tanto, são utilizados vários indicadores, como taxa de congestionamento, prazos e produtividade por exemplo, e de pessoal, como servidores em atividade, para se obter a melhor visão de desempenho de uma Unidade Judiciária.

O indicador de produtividade varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0, melhor é a situação geral da Unidade.

A 2ª Vara do Trabalho de Joinville, considerando o período de JAN a DEZ/18, apresentou o IGEST de 0,4237 que indica que a Unidade está na 26ª colocação na Região e 16ª de 35 no seu porte.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da Unidade Judiciária em relação à sua posição desde o início do levantamento:



No quadro abaixo, identificam-se os mesoindicadores que compõem o IGEST:

Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de Congestionamento	Força de Trabalho
0,3572	0,4618	0,4362	0,4636	0,3998

Fonte: e-Gestão/IGEST

Analisando o IGEST, identificou-se que a Unidade Judiciária está entre as **25% com desempenho mais satisfatório** na 12ª Região no mesoindicador "Força de Trabalho".

Verificando a composição dos mesoindicadores, concluise que os seguintes indicadores são os que mais **influenciaram negativamente**. Para facilitar a comparação da evolução de cada um desses mesoindicadores, consta abaixo também os índices e valores do primeiro levantamento:

Indicador	jan-dez	2/2017	jan-dez/2018	
0	Índice	Valor	Índice	Valor
Pendentes	0,4948	3019	0,5061	2314
Prazo médio na fase de execução	0,5563	461	0,5277	703
Taxa de congestionamento na execução	0,5775	66,75	0,4971	64,49

Fonte: e-Gestão/IGEST

Analisando os dados do IGEST, identifica-se que os seguintes indicadores influenciaram negativamente:

- 1. Pendentes: A Unidade reduziu a quantidade de processos pendentes de baixa (conhecimento, liquidação e execução) em relação ao primeiro levantamento, de 3.019 para 2.314 processos, estando ainda um pouco acima da média do Estado, que é de 2.199 processos.
- 2. Prazo médio na fase de execução: na fase de execução, a Unidade apresentou aumento do prazo médio de tramitação, de 461 dias em 2017 para 703 dias em 2018. No entanto, está abaixo da média do Estado, que é de 812 dias.
 - 3. Taxa de Congestionamento no Execução: Esta taxa

apresenta os processos represados na fase de execução. A Unidade melhorou este índice em relação ao primeiro levantamento, de 66,75% para 64,49% de congestionamento, estando abaixo da média do Estado, que é de 66,76%. Foram baixados 711 processos na execução no período, restando pendentes em 31-12-2018, 1.291.

Portanto, com base nestes indicadores, para uma melhora no índice, a Unidade deve manter os esforços na redução da quantidade de processos pendentes, o que melhorará os demais índices.

Destacam-se, ainda, os indicadores que **influenciaram positivamente** o IGEST:

- 1. Prazo médio na fase de liquidação: A unidade apresentou um prazo médio nesta fase de 75 dias, enquanto que a média do Estado é de 140 dias.
- 2. Taxa de solução: Esta taxa representa a quantidade de processos solucionados em relação à quantidade de processos recebidos. Foram solucionados 1.741 processos, 58,71% a mais do que a quantidade de processos recebidos em 2018, que foi de 1.097 processos.
- **3. Taxa de execução:** Esta taxa representa a quantidade de execuções encerradas dividida pela quantidade de execuções iniciadas. Foram encerradas 686 execuções em 2018, 19,30% a mais do que as iniciadas, que foram 575 execuções.
- 4. Produtividade por servidor: Este indicador mede a quantidade de processos baixados em conhecimento e execução por servidor. A Unidade baixou 1.731 processos de conhecimento e 711 em execução, sendo que contava com 12 servidores ativos no último dia do período.

9 METAS TRT-SC 2018

(fonte: SEGEST)

Metas TRT-SC 2018	Grau de cumprimento da meta
Meta 1: Baixar pelo menos 92% da quantidade de execuções iniciadas no período.	124,25%
Meta 1.1: Aumentar em 6% o número de audiências realizadas na fase de execução com relação ao ano base 2014.	118,75%
Meta 4: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos 10 maiores litigantes com relação ao ano anterior.	147,31%
Meta 5: Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.	176,86%
Meta 5.1: Julgar 90% dos processos distribuídos até $31-12-2016$, no 1° grau.	109,23%
Meta 5.2: Julgar 98% das ações coletivas distribuídas até 2015, no 1º grau.	100,00%
Meta 7: Reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2016 em 4%, no 1º grau.	93,26%

Meta	9:	Aumentar,	em 2	2018,	o Índic	e	de Conc	ili	ação na	
Fase	de	conhecime	ento,	em	relação	à	média	do	biênio	120 , 77%
2013/	/201	4, em 2 pc	ntos	perd	centuais.					

Fonte: http://www.trt12.jus.br/portal/areas/pe/intranet/Metas%202018/Metas2018.jsp

10 CADASTRO DE LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO - CLE

O Cadastro de Liquidação e Execução - CLE (Resoluções CSJT nº 136/2014 e 185/2017) tem os parâmetros neste Regional estabelecidos pela Portaria SEAP/CR nº 92/2017 e Recomendação CR nº 01/2018.

A 2ª Vara do Trabalho de Joinville implantou o CLE em julho de 2017 e segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, "a Vara tem se esforçado na conversão. No ano passado foram convertidos 337 processos. Agora está mais difícil pois sobraram processos muito antigos, muitos sem CPF do reclamante e reuniões de execução, que tomam bastante tempo para fazer a conversão. Mas estão fazendo e pretendem concluir 100% nos próximos meses. Quanto à juntada das peças, as partes são intimadas para tal fim."

Quantidade incluída do CLE	Quantidade pendente de inclusão no CLE em 28-2-203					
desde a implantação	Sem pendências estatísticas	Com pendências estatísticas				
342	86	54				

Fonte: SEESTP

Cumpre recomendar à Secretaria que nos processos do arquivo provisório que não tiveram a declaração de prescrição intercorrente, sejam todos convertidos em PJe, na forma da Recomendação 01/2018 da Corregedoria Regional.

11 DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

As observações constantes no item 15 da ata da correição de 2018 foram cumpridas.

A Corregedoria analisou as determinações/recomendações gerais (item 16 da ata da correição de 2018) e verificou que a seguinte foi cumprida parcialmente:

Determinação/Recomendação	Análise
a) Em face da fraude ocorrida em uma Unidade Judiciária e envolvendo a liberação de valores em processos trabalhistas, ainda sob apuração administrativa e pela Polícia Federal, DETERMINA-SE a adoção de medidas preventivas até a próxima Correição[].	Verifica-se que quando o advogado não informa a conta do autor e solicita que os valores sejam disponibilizados na sua conta, a Secretaria assim procede, descumprido determinação constante na ata anterior, de intimar o autor para que informe a sua conta bancária (ex.: 843-34.2015, 1123-34.2017, 1596-54.2016, 1357-21.2014, 7036-07.2011 e 46-53.2018). REITERA-SE DETERMINAÇÃO para que a Secretaria intime diretamente o autor da ação para informar a sua conta bancária, quando o advogado não a informa, e em último caso, sejam disponibilizados os

valo	lore	es	em	C	onta	ind	lividua.	_ d	0	credor
para	ıra s	sagu	ie e	em	sua	rede	bancár	ia.		

12 PROCESSOS ANALISADOS ANTECIPADAMENTE NA SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Nº dos Processos RTOrd 0001547-76.2017.5.12.0016, RTOrd 0000038-13.2017.5.12.0016, RTOrd 0000735-34.2017.5.12.0016, RTOrd 0000515-41.2014.5.12.0016, RTOrd 0001432-55.2017.5.12.0016, RTOrd 0000213-70.2018.5.12.0016, RTSum 0000551-44.2018.5.12.0016, RTOrd 0000668-69.2017.5.12.0016 e RTOrd 0001344-22.2014.5.12.0016.

13 OBSERVAÇÕES

Após a análise dos processos e relatórios da Unidade Judiciária, complementadas pela Sra. Diretora de Secretaria, em cumprimento ao art. 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, constatou-se que:

- a) Há pronunciamento sobre a admissibilidade dos recursos.
- **b)** A Ex.ma Juíza Titular e/ou o Substituto lotado estão presentes na Unidade Jurisdicional em todos os dias da semana.
- c) As audiências são realizadas nos dias da semana conforme informado no item 2 da presente ata.
- d) Os principais prazos da Vara do Trabalho (iniciais, instrução e julgamento) são informados no item 2.2; o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento é informado no item 3.1 e incidentais à fase de execução no item 5 da presente ata.
- e) Há o exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização dos convênios, o registro fidedigno no sistema informatizado dos principais atos processuais e a inclusão em pauta de processos na fase de execução.
- **f)** Em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, é feita por requerimento ou de ofício, com base na Recomendação CR nº 05/2018. A decisão é fundamentada. Por um período adotou-se a instauração do incidente em autos apartados, mas atualmente está sendo feito nos próprios autos.
- **g)** O Ex.mo Juiz Substituto lotado na Unidade Judiciária conta com a garantia de um assistente jurídico, em observância à Portaria Conjunta nº 113/09 da Presidência e Corregedoria deste Regional.
- h) Durante a inspeção correcional verificou-se que há processos parados nas tarefas "Prazos vencidos" desde 29-3-2019 em conhecimento, 28-3-2019 em liquidação e 28-3-2019 em execução. No GIGS, no relatório de prazos vencidos, há processos desde 27-3-2019.

i) Foi verificada, em 15-3-2019, a existência de 100 processos fora de pauta.

14 RECOMENDAÇÕES E/OU DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

As recomendações e/ou determinações específicas realizadas nos processos analisados e os procedimentos a serem observados foram encaminhados à Unidade Judiciária em 12-3-2019 e, durante a inspeção correcional, verificou-se o pleno cumprimento, ficando mantidos apenas como registro.

14.1 Tarefa: Aguardando atualização de cálculo: analisado em 25-02-2019.

Problema encontrado	Havia 7 processos na tarefa, sendo o mais antigo pendente desde 17-12-2018
Recomendação/ Determinação	DETERMINA-SE à Contadoria que priorize os processos alocados na tarefa há mais de trinta dias, dando-lhes o devido andamento, no prazo de cinco dias.
ГХЕШОТО	CumSen 0000391-19.2018.5.12.0016, RTOrd 0001386- 03.2016.5.12.0016, RTSum 0000237-98.2018.5.12.0016

14.2 Tarefa: Aguardando cumprimento de acordo: analisado em 22-02-2019.

Problema encontrado	Havia 205 processos em conhecimento, 3 em liquidação e 31 em execução. Embora essa nova tarefa proporcione certa automatização quanto ao decurso de prazo do acordo, a Secretaria precisa alimentar corretamente o AUD, quando o acordo ocorrer em audiência, lançando a data do vencimento no campo específico, ou após encaminhá-lo para a tarefa, quando o acordo for homologado por decisão, tornando-se dispensável o lançamento no GIGS. Verificou-se que alguns processos estão alimentados corretamente, mas muitos não.
Recomendação/ Determinação	o processos para a tarefa "Acordos vencidos", de modo a evitar que permaneçam em tarefas inadequadas, bem como proporcionar o arquivamento no tempo correto. RTOrd 0001508-79.2017.5.12.0016, RTOrd 0000037-
Exemplo	96.2015.5.12.0016, RTOrd 0001231-97.2016.5.12.0016, RTOrd 0000816-80.2017.5.12.0016

14.3 Tarefa: Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos: analisado em 22-02-2019.

Problema encontrado	Havia 36 processos em conhecimento e 11 em execução, sendo que há processos que estão sem prazo no GIGS e vencidos há quase 8 meses (RTOrd 0001632-04.2013.5.12.0016).
Recomendação/ Determinação	DETERMINA-SE a revisão dessa tarefa, bem como de outras utilizadas para a mesma finalidade, com o intuito de lançar prazos em todos os processos, de modo a proporcionar o arquivamento definitivo tão logo ocorra o decurso de prazo. A ausência de controle de prazo faz com que permaneçam em fase/tarefa inadequada. RECOMENDA-SE, ainda, que a Secretaria encaminhe os processos dessa tarefa para a "Aguardando cumprimento de acordo", pois

	lá é possível cadastrar o vencimento do acordo, evitando-se o
	esquecimento como ora constatado, pois quando do decurso do
	prazo, o processo irá automaticamente para a tarefa "Acordos
	vencidos".
Exemplo	RTOrd 0000513-66.2017.5.12.0016, RTOrd 0000186-
ncmp10	24.2017.5.12.0016, RTOrd 0000791-72.2014.5.12.0016,

14.4 Tarefa: Minutar ED: analisado em 25-02-2019.

Problema encontrado	O indicativo no painel global mostrava 11 processos para minutar, sendo 8 vencidos. Cumpre salientar que este indicativo de processos com prazo vencido não leva em consideração possíveis afastamentos dos magistrados.
Recomendação/ Determinação	DETERMINA-SE aos Magistrados o cumprimento dos prazos legais e empreendam esforços para solucioná-los, nos termos do art. 12 do CPC, alertando para o contido no art. 60, III, do Provimento.
Exemplo	RTOrd 0000746-63.2017.5.12.0016, RTSum 0000085-50.2018.5.12.0016, RTOrd 0000742-26.2017.5.12.0016, RTOrd 0000709-36.2017.5.12.0016

14.5 Tarefa: Minutar Sentença: analisado em 25-02-2019.

Problema encontrado	O indicativo no painel global mostrava 173 processos para minutar, sendo 34 vencidos. Cumpre salientar que este indicativo de processo com prazo vencido não leva em consideração possíveis afastamentos dos magistrados.
Recomendação/ Determinação	DETERMINA-SE aos Magistrados o cumprimento dos prazos legais e empreendam esforços para solucioná-los, nos termos do art. 12 do CPC, alertando para o contido no art. 60, I, do Provimento.
Exemplo	RTOrd 0001065-31.2017.5.12.0016, RTOrd 0001291- 09.2016.5.12.0004, RTOrd 0001058-39.2017.5.12.0016, RTOrd 0000311-89.2017.5.12.0016

14.6 Determinações específicas em processos: analisados de 22 a 25-02-2019.

Processo	RTOrd 0001547-76.2017.5.12.0016
Tarefa	Aguardando audiência
Problema encontrado	Processo parado na tarefa, mas com homologação de acordo em audiência (id. 68defd0), com prazo de denúncia a vencer dia 18-3-2019.
Recomendação/ Determinação	DETERMINA-SE à Secretaria que mantenha nesta tarefa apenas processo que tenha efetivamente audiência designada. ATENTAR para quando há homologação de acordo, não manter o processo nesta tarefa, mas encaminhá-lo para "Aguardando cumprimento de acordo", devendo registrar as parcelas e a data do vencimento, de forma a permitir que o processo, ao final do prazo, seja encaminhado para a tarefa "Acordos vencidos".

Processo	RTOrd 0000038-13.2017.5.12.0016 e RTOrd 0000735-34.2017.5.12.0016
Tarefa	Aguardando laudo pericial (liquidação)
Problema encontrado	Processos pendentes na tarefa desde 28-6-2018, aguardando elaboração dos cálculos de liquidação.

Determinação

Recomendação/ DETERMINA-SE à Secretaria que cobre o expert, no prazo de cinco dias, visando à celeridade da tramitação processual.

Processo	RTOrd 0000213-70.2018.5.12.0016
Tarefa	Aguardando término dos prazos
Problema encontrado	Processo sem movimentação desde 04-12-2019, aguardando o cumprimento do mandado de id. d6d2915, uma vez que, segundo consta na aba "Movimentações", o objeto foi recebido pelo Oficial de Justiça em 03-12-2018, sem que houvesse solicitação de dilação de prazo devidamente justificada, de acordo com o previsto no art. 82, parágrafo único, do Provimento CR nº 01/2017.
Recomendação/ Determinação	DETERMINA-SE à Secretaria que cobre da central de mandados o cumprimento do mandado pelo Oficial de Justiça, devendo observar os prazos para cumprimento de seu mister.

Processo	RTSum 0000551-44.2018.5.12.0016
Tarefa	Aguardando atualização de cálculo
Problema encontrado	Processo na Contadoria desde 14-01-2019 aguardando atualização de cálculos, incidência de juros e cálculo das contribuições previdenciárias e fiscais, conforme despacho de id. 1d9b0c5.
Recomendação/ Determinação	DETERMINA-SE à Contadoria que cumpra a determinação judicial no prazo de cinco dias, devendo evitar manter processos sob sua responsabilidade por prazo superior a trinta dias.

Processo	RTOrd 0000668-69.2017.5.12.0016
Tarefa	Minutar sentença - Exec - Dra. Tatiana
Problema encontrado	Processo teve a execução iniciada em 30-5-2018, sem estar com os cálculos homologados, estando ainda pendente de decisão de impugnação dos cálculos.
Recomendação/ Determinação	ATENTE a Secretaria para somente iniciar a execução no sistema no momento correto, após a homologação dos cálculos e anterior ao mandado de citação, para evitar prejuízos no e-Gestão.

Processo	RTOrd 0001344-22.2014.5.12.0016
Tarefa	Aguardando audiência
Problema encontrado	Processo permaneceu aguardando designação de audiência de conciliação desde 27-9-2018 até $1^{\circ}-3-2018$.
	ATENTE a Secretaria para que processos nesta situação não permaneçam à margem da pauta por mais de 48 horas.

15 RECOMENDAÇÕES E/OU DETERMINAÇÕES GERAIS

a) REITERA-SE A DETERMINAÇÃO de adoção de todas as medidas indicadas no ofício CR 30/2018 e, **OBRIGATORIAMENTE**, a liberação dos valores dê-se por transferência para a conta do credor titular (art. 16 da IN 36/2012), facultando ao causídico a juntada do contrato para que sejam retidos seus créditos, antes da transferência ao exequente (§2º do art. 16 da IN 36/2012). Conforme reunião com advogados, o Corregedor acolheu a sugestão de que o contrato de honorários seja mantido como documento sigiloso no PJe, e que, aqueles que optarem por não juntar, declarem, sob as penas da lei, o percentual ou valor que deverá ser retido do montante a liberar ao exequente, acompanhado da indicação das contas para transferência. Caso não seja juntado o contrato de honorários, feita declaração, os valores deverão ser disponibilizados ao titular do crédito, pelo sistema Protocolo (Banco do Brasil) ou Poupança judicial (CAIXA) e após, será intimado o exequente pessoalmente de que os valores devidos estão disponíveis para saque. O Corregedor passou a adotar a sugestão dos advogados de Brusque realizada durante a correição, sugerindo que, em vez de juntar o contrato ou declarar, sob as penas da lei, o advogado faça a prestação de contas, assinado com o exequente, contendo a destinação dos valores a serem liberados, acompanhado da indicação das contas do exequente e procurador.

- b) DETERMINAR que a Secretaria, que nas liberações futuras intime credor da liberação de valores, via postal simples, e nos processos analisado em correição, cujos valores foram para 000843-34.2015.5.12.0016, 001123do procurador: conta 34.2017.5.12.0016, 000660-34.2013.5.12.0016, 001596-54.2016.5.12.0016, 001357-21.2014.5.12.0016, 07.2011.5.12.0016 e 000046-53.2018.5.12.0016. Caso o credor se apresente em Secretaria alegando eventual irregularidade nos valores descontados, seja lavrada certidão com assinatura da parte, endereço e telefone de contato e encaminhada Secretaria da Corregedoria que tomará as providências junto à OAB/SC.
- c) Observar o disposto no art. 40 do Provimento CR nº 01/2017, evitando-se deixar o processo à margem da pauta.
- d) Com base no resultado do IGEST, para uma melhora no índice, a Unidade deve manter os esforços na redução da quantidade de processos pendentes, especialmente os mais antigos, dentre os quais: 0000275-81.2016.5.12.0016, 0000341-61.2016.5.12.0016, 0000604-93.2016.5.12.0016, 0000749-52.2016.5.12.0016, 0001200-77.2016.5.12.0016 e 0001502-09.2016.5.12.0016, autuados até 31-12-2016 e todos os demais anteriores à reforma trabalhista.
- e) Atentar para o correto preenchimento de TODAS informações referentes aos acordos na tarefa "aguardando cumprimento de acordo", como datas de vencimentos, valores de todas as parcelas, inclusive honorários periciais, INSS, custas, dentre outras, para que as informações estatísticas de valores pagos e arrecadados sejam corretamente informados ao e-Gestão.
- f) Considerando que o PJe-Calc se tornou o programa oficial de

liquidação pelo CSJT, **DETERMINAR** que a contadoria amplie a sua utilização na liquidação das sentenças.

g) Na triagem inicial, ATENTAR para os casos em que não há CPF/CNPJ do reclamado cadastrado, o que deverá ser solicitado na audiência inicial, a fim de evitar problemas com homônimos na Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT.

A Unidade deverá comunicar a Corregedoria, **no prazo de 45 dias**, a adoção das determinações e recomendações constantes desta ata, e a Secretaria da Corregedoria fará nova análise dos procedimentos em 120 dias.

16 AUDIÊNCIA COM OS ADVOGADOS, PARTES E DEMAIS JURISDICIONADOS

O Ex.mo Desembargador do Trabalho-Corregedor recebeu os advogados Rodrigo Octavio Rosa dos Santos (OAB/SC 17.710), Marcelo Patesch Tavares (OAB/SC 18934), Alexandre Fuchter (OAB/SC 12729), Jean Carlito Sasse (OAB/SC 22068), Mizael W. Cunha (OAB/SC 31240), Bruno Dias Renck (OAB/SC 45203), Carlos Henrique Correa Vailati (OAB/SC 41411), Rubens Friedrichsen (OAB/SC 17223), Felipe Guimarães Ritzmann (OAB/SC 22189), Rodrigo Alexandre Reimer (OAB/SC 26598), Óliver Jander Costa Pereira (OAB/SC 17076), Nathalie L. Reis Stechinski (OAB/SC 26346), Fabricio Bittencourt (OAB/SC 8361), Guilherme Aquino R. Pereira (OAB/SC 33209), Lucas Fajardo Nunes Hildebrand (OAB/SC 20533-A), Edson Hodecker (OAB/SC 14229), Fabiana Cubas Bertolotto (OAB/SC 17066), Ciro J. S. Morais (OAB/SC 34423), Almir Rogério do Nascimento (OAB/SC 27090) e Diogo Henrique da Silva (OAB/SC 41746). Os advogados iniciaram a reunião questionando o Ex.mo Corregedor acerca da aplicação Instrução Normativa nº 36/2012 do TST e da razão de ser somente para eles. Informaram que alguns juízes somente dão andamento ao processo após a juntada do contrato de honorários, mesmo no da liquidação/execução, e que fazem isto por determinação da Corregedoria. O Ex.mo Corregedor afirmou que não há qualquer distinção para com os advogados de Joinville e que, em decorrência da fraude, adotou uma série de medidas de segurança, a pedido do MPF e ADU e a juntada do contrato decorre da literalidade da Instrução Normativa 36/2012 do TST. O Ex.mo Corregedor informou, ainda, que eventuais insurgências devem ser feitas diretamente no TST, que editou a norma, mas que, alternativamente, como forma conciliatória, está adotando sugestões de advogados em outras inspeções correcionais e que estarão expostas nas determinações da ata (item 15, a). O debate seguiu sobre a interpretação da Instrução Normativa, o que se demonstrou infrutífero, ante a grande divergência.

Em seguida, os advogados solicitaram que houvesse maior rodízio na nomeação de peritos no Foro, bem como que, ao fixar honorários periciais a serem pagos pelas partes, fosse fixado valor igual aos pagos pela União, pois em diversas ocasiões

ultrapassa em 3 vezes o valor deste. A resposta foi de que isto ultrapassa os limites da Corregedoria.

Por fim, manifestaram sobre os avanços que o CEJUSC-JT trouxe ao Foro, com redução dos prazos de designação de audiências, mas questionaram sobre a obrigatoriedade de seu comparecimento, sob pena de revelia, que está sendo aplicado por alguns Juízes. O Ex.mo Corregedor informou que a aplicação de penalidades pelo não comparecimento à audiência no CEJUSC-JT está disposta no art. 7º, IV da Portaria Conjunta nº 01/2018, do Foro Trabalhista de Joinville, que regulamenta a atuação do CEJUSC-JT.

Indagaram também da marcação de audiência no CEJUSC poucos dias antes da audiência já designada na Vara. A Corregedoria verificou que este foi um caso específico e que não está mais acontecendo no Foro.

Por fim, solicitaram que o tempo designado para cada audiência fosse aumentado para pelo menos 15 minutos, considerando que algumas vezes as audiências atrasam até 1 hora

O Ex.mo Corregedor informou que conversará sobre esses assuntos remanescentes com os Magistrados durante as reuniões que realizará com Suas Excelências.

17 REUNIÃO COM A DIRETORA DE SECRETARIA

Eu, Secretário da Corregedoria, reuni-me com a Diretora de Secretaria, Karina Elise Machado Lopez Lourenço, para tratar de assuntos relativos aos procedimentos de Secretaria.

Durante as análises prévias, identificamos que a unidade está com um ótimo desempenho, independentemente do posicionamento adotado pelo magistrado na condução e conclusão dos processos de conhecimento e execução. Isto reflete a sintonia da Secretaria no cumprimento das determinações.

Ressaltei que os dados da Unidade demonstram uma contínua e sensível melhora e que, a SECOR tem a esperança que ao final de 2019 a Vara vai estar com os índices nitidamente melhores.

Elogiei os ofícios de liberação, os quais contêm todas as informações necessárias ao cumprimento pelos bancos e à parte quando do ajuste anual de imposto de renda, destacando, porém, que existe apenas o descumprimento quanto ao teor da IN 36/2012, que determina a transferência ao credor, o que está sendo descumprido pela Unidade.

Por fim, foram discutidos os assuntos específicos da Unidade, verificados durante a inspeção correcional e constantes nesta ata, como os dados estatísticos, o IGEST e as recomendações gerais.

18 REUNIÃO COM OS JUÍZES

O Ex.mo Desembargador do Trabalho-Corregedor reuniu-se com os Ex.mos Juízes Tatiana Sampaio Russi, Titular, e Rogério Dias Barbosa, Substituto. Sua Ex.a parabenizou os Magistrados pelos prazos de designação de audiências, bem como pelo resultado obtido no IGEST. A Vara está com uma Secretaria bem administrada e com os números de audiências, sentenças e pendentes com um excelente resultado.

Sua Ex.a apresentou, também, os assuntou debatidos com os senhores advogados quanto a falta de padronização na liberação de valores, tendo destacado e solicitado a gentileza das Exªs para cumprimento integral das liberações de valores na forma da IN 36 do TST. Solicitou que, quando o advogado não juntar o contrato ou indicar a conta do autor, as importâncias sejam disponibilizadas ao credor (Protocolo no BB e Poupança judicial na CEF), intimando-se posteriormente de que os valores estão disponíveis para saque.

Destacou ainda, que a unidade deve manter os esforços com a pauta dupla até o número de pendentes de solução alcancem 450, que atualmente está em 814 processos. Destacou o bom relacionamento com os demais magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados. Discutiram, por fim, os demais assuntos relacionados à inspeção correcional e constantes nesta ata e a possibilidade de ampliarem as publicações de sentenças líquidas para que isto possa beneficiar o trabalho da Secretaria, diminuir o prazo da liquidação e execução e aumentar os acordos, eis que as partes estão cientes do valor aproximado.

19 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ex.mo Desembargador do Trabalho-Corregedor enfatizou a importância das correições ordinárias por oportunizarem o diálogo direto com Magistrados e servidores, permitindo aprimorar as boas práticas dos procedimentos na Unidade. Ressaltou a importância do CLE na unificação dos sistemas, permitindo a centralização dos bancos de dados na capital, da adoção do PJe-Calc, contribuindo para a redução de despesas no Tribunal.

Solicitou engajamento dos servidores em participação de cursos de conciliação com o fim de auxiliar os magistrados na realização deste mister. Salientou que os resultados positivos da Vara, especialmente os verificados no IGEST, decorrem do esforço coletivo e comprometido dos Magistrados e servidores lotados na Unidade, parabenizando todos.

Destacou a importância de a Unidade ter servidores capacitados para ocupar as funções da Secretaria, o que garante o bom funcionamento da Vara. Por fim, o Ex.mo Desembargador do Trabalho-Corregedor agradeceu a acolhida e solicitou a todos a leitura da ata.

20 ENCERRAMENTO

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e dezenove correcional, encerrada a inspeção tendo disponibilizada a presente ata no PROAD nº 4160/2018 em onze de abril de dois mil e dezenove, tendo a Magistrada o prazo de 10 (dez) dias, a partir de sua ciência no PROAD, para manifestaro que deverá ser realizado em um único ato, preclusas quaisquer manifestações consideradas complementações posteriores. Fica desde logo esclarecido que eventual retificação constará no referido PROAD e na página da Corregedoria no sítio eletrônico deste Regional. Esta ata vai assinada eletronicamente pelo Ex.mo Desembargador do Trabalho-Corregedor José Ernesto Manzi, e por mim, Cesar Augusto Bedin, Secretário da Corregedoria, que a lavrei.

Equipe da Corregedoria: Cesar Augusto Bedin, Geison Alfredo Arisi, Eduardo de Miranda Ribeiro Quintiere, Iran Edson de Castro e Zélio dos Santos, em trânsito, e Natália da Costa, Elise Haas de Abreu, Roberto Ortiz e Suzi Gonçalves da Silva Silveira, que integram a equipe fixa desta Corregedoria.

JOSÉ ERNESTO MANZI

Desembargador do Trabalho-Corregedor

CESAR AUGUSTO BEDIN

Secretário da Corregedoria